

Cecília Nascimento Ferreira

DA CONDENAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO

O cumprimento das sentenças
da Corte Interamericana de
Direitos Humanos no Brasil

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1 A Reparação por Violação de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos	15
1.1 A Fixação da Responsabilidade Internacional e suas Consequências: Elementos, Reparação e Sanção.....	15
1.2 A Corte IDH e a Construção da Responsabilidade Internacional do Estado Infrator	19
1.2.1 Formas de Acesso à Corte IDH: o Papel da CIDH e a Participação das Vítimas.....	22
1.2.2 Fase Escrita do Processo Interamericano	26
1.2.3 Fase Oral do Processo Interamericano	28
1.2.4 <i>Amicus curiae</i>	29
1.3 As Sentenças da Corte IDH, Reparações e Sanção	30
1.3.1 Características das Sentenças Interamericanas: Vinculantes e Reparações Estruturais	31
1.3.2 Espécies de Reparações.....	35
1.3.2.1 Restituição.....	37
1.3.2.2 Indenização	38
1.3.2.3 Reabilitação.....	39
1.3.2.4 Satisfação.....	40
1.3.2.5 Garantias de não repetição	41

1.3.2.6 Obrigação de investigar	42
1.3.2.7 Custas e gastos	44
1.3.3 Etapa de Supervisão de Cumprimento	45
1.3.3.1 Escritos das Partes e Resolução de Supervisão de Cumprimento de Sentença	46
1.3.3.2 Acordo de Corte 1/19.....	48
1.3.3.3 <i>Amicus curiae</i> e Informações de Outras Fontes na Supervisão de Cumprimento de Sentença (artigos 44.4 e 69.2, Regulamento)	50
1.3.3.4 Sanção no SIDH: Relatório à Assembleia Geral da OEA (Art. 65, CADH).....	51
1.3.4 Cumprimento <i>versus</i> impacto das decisões internacionais	54
2 A Supervisão de Cumprimento de Sentença das Condenações Brasileiras.....	57
2.1 Casos em Etapa de Supervisão de Cumprimento de Sentença.....	58
2.1.1 Garibaldi, 23 de setembro de 2009	60
2.1.2 Gomes Lund e Outros, 24 de novembro de 2010	67
2.1.3 Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, 20 de outubro de 2016.....	78
2.1.4 Favela Nova Brasília, 16 de fevereiro de 2017.....	83
2.1.5 Povo Indígena Xucuru e seus Membros, 5 de fevereiro de 2018	90
2.1.6 Herzog e Outros, 15 de março de 2018.....	92
2.1.7 Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus, 15 de julho de 2020.....	96
2.1.8 Barbosa de Souza e seus Familiares, 7 de setembro de 2021	103

2.1.9 Sales Pimenta, 30 de junho de 2022	112
2.1.10 Honorato e Outros, 27 de novembro de 2023	117
2.2 Caso Escher e Outros, 6 de julho de 2009 e o Encerramento da Supervisão sem Declaração de Cumprimento	121
2.3 Caso Ximenes Lopes, 4 de julho de 2006 e a Declaração de Descumprimento do Dever de Investigar e Sancionar	125
2.4 A Complexidade das Reparações Impostas e seu Cumprimento pelo Estado Brasileiro	131
2.4.1 Situação do Cumprimento das Reparações de Acordo com sua Espécie e Ator Responsável	140
2.4.1.1 Medidas Cumpridas.....	144
2.4.1.2 Medidas Cumpridas Parcialmente	147
2.4.1.3 Medidas Pendentes de Cumprimento	149
2.4.1.4 Medidas Descumpridas.....	152
2.4.2 Análise da Complexidade das Reparações Impostas	154
2.4.2.1 Medidas de Baixa Complexidade	156
2.4.2.2 Medidas de Média Complexidade.....	159
2.4.2.3 Medidas de Alta Complexidade.....	162
2.5 Posicionamento Brasileiro nos Informes Apresentados pelo Estado....	165
3 Atores e Mecanismos Nacionais de Implementação das Sentenças da Corte IDH	173
3.1 A Inexistência de Normativa sobre as Formas de Cumprimento de Decisões Internacionais.....	174
3.1.1 Projetos de Lei em Andamento e Arquivados	176
3.2 Estruturas Administrativas e Institucionais Atuantes na Implementação das Decisões	183

3.2.1 Poder Executivo: Ministério das Relações Exteriores, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Advocacia-Geral da União	184
3.2.2 Poder Judiciário: a Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano do CNJ e Outras Iniciativas	189
3.2.3 Ministério Público e Defensoria Pública	194
3.2.4 Poder Legislativo	200
3.2.5 Estados e Municípios	205
3.3 Experiências Regionais de Mecanismos de Implementação de Sentenças Interamericanas.....	207
3.3.1 Peru.....	208
3.3.2 Colômbia.....	212
3.3.3 Argentina	216
3.3.4 Outras Experiências Regionais.....	220
3.4 Obstáculos para o Cumprimento de Sentença pelo Estado Brasileiro e Medidas de Superação	222
3.4.1 Fragmentariedade da Atuação e Ausência de Definição Clara sobre o Papel de Cada Ator	223
3.4.2 Dificuldade de Engajamento de Todos os Poderes e Entes e Desafios do Federalismo	225
3.4.3 Insuficiência de Mecanismos Específicos para a Implementação.....	226
3.4.4 Falta de Clareza sobre a Autoexecutoriedade das Sentenças Interamericanas.....	228
3.4.5 Boas Práticas e Formas de Superação dos Obstáculos	229

Considerações Finais.....	233
Referências Bibliográficas.....	239
Apêndice I: Ficha por Caso das Condenações	
Brasileiras em Fase de Supervisão ou Arquivadas	263
Apêndice II: Análise por Caso das Reparações	
Impostas e seu Cumprimento pelo Brasil	297